

Entrevista a Patrick Le Boeuf (IFLA/Biblioteca Nacional de França)

Nota biográfica

Patrick Le Boeuf é conservador na Biblioteca Nacional de França desde 1994. Desde 1999 tem vindo a especializar-se na modulação conceptual, com a exceção de um pequeno período de tempo compreendido entre 2006-2009, em que trabalhou no Departamento *Performing Arts* da BNF. É membro da secção de normalização de catalogação da IFLA, do grupo de revisão do FRBR da IFLA, do grupo especial do CIDOC CRM e do grupo de harmonização FRBR/CIDOC CRM que desenvolveu o modelo FRBRoo.

Adicionalmente é membro do grupo de trabalhos da ISO que está a preparar uma versão atualizada da norma internacional ISO 21117 que traduz os conceitos conceptuais do modelo CIDOC CRM, no formalismo da norma ISO.

P: Antes de mais, gostaríamos de agradecer-lhe ter aceitado o convite para esta entrevista.

R: "De nada!"

P: O seu trabalho é reconhecido internacionalmente, pela sua excelência, na área dos sistemas de informação e as suas contribuições brilhantes no tema que nos reúne aqui hoje:

A interligação e interoperabilidade da informação em bibliotecas, arquivos e museus: como podem estas instituições de memória e cultura trabalhar em conjunto e trocar informação, independentemente das suas diferenças de missão e acervos?

P: O modelo FRBRoo é a harmonização entre os dois modelos conceptuais FRBR da IFLA e CIDOC CRM (ISO 21117) das instituições de memória Biblioteca e Museu. Pensa que num futuro próximo possa existir uma extensão da harmonização à instituição de memória, arquivo, nomeadamente no que diz respeito aos registos de informação (ou metainformação)? Será possível alcançar uma harmonização



conceptual entre essas instituições de memória? O que pensa ser necessário realizar para que tal seja possível?

R: De facto, existe já algum trabalho a ser desenvolvido nessa área e direção. O Conselho Internacional de Arquivos (ICA) está a desenvolver um modelo conceptual para os Arquivos. Entretanto, já foram realizados alguns contactos entre o ICA e o grupo de harmonização FRBR/CIDOC CRM. No entanto, o ICA pertence desenvolver primeiramente um modelo conceptual que responda às suas necessidades, tal como aconteceu com as outras instituições de memória. Após a conceção do modelo irá abordar o grupo responsável pela harmonização e planificar qual e/ou quais as melhores formas para responder aos formalismos do modelo harmonizado FRBRoo. Os procedimentos serão muito similares aos realizados aquando a harmonização da família FRBR da IFLA, sob a forma do modelo relacional (Entidade – Relacionamento), com o modelo CIDOC CRM sob o formalismo OO, de orientado para o objeto. Neste sentido, o processo de harmonização do futuro modelo do ICA será semelhante ao realizado entre o modelo FRBRer e o CIDOC CRM.

P: Como poderemos ler na sua biografia, o Patrick está envolvido em inúmeros grupos trabalho. Como consegue gerir o trabalho envolvido? Dos vários grupos de trabalho a que pertence qual é o mais exigente? Qual é o que reivindica a sua maior atenção? E porquê?

R: Efetivamente é um pouco cedo para responder a essas questões. De facto, só há um mês é que eu sou membro da secção de normalização de catalogação da IFLA e do grupo de revisão FRBR. Todavia, até agora e como estou apenas no início dos trabalhos, estes não têm sido demasiado exigentes. No próximo ano terei, com certeza, mais dados para responder às perguntas.

P: O modelo conceptual FRBR está longe de ter uma opinião mundial consensual na área da biblioteca. As razões apontadas por esta instituição prendem-se com as dificuldades técnica e financeira, na passagem de um formato linear de representação da metainformação como o UNIMARC ou o MARC 21 para outro que exige uma visão semântica. Na sua opinião, o que é necessário realizar para que estes modelos possam ser aceites e, desta forma, implementados? Tanto o FRBR como o FRBRoo.



R: Eu estaria tentado a responder: persuasão e pedagogia, porque realmente são o que é necessário. A semântica está presente nos dados e os *Requisitos Funcionais para os Registos Bibliográficos* (FRBR) não surgiram a partir do nada, já estavam presentes nos catálogos do século XIX, como é o exemplo da Boston Athenaeum Library (www.bostonathenaeum.org) criada no séc. XIX. É realmente fantástico observar esse catálogo antigo e ainda em formato de papel e perceber que o FRBR está lá na sua perfeição.

Esta conceptualização não é assim uma invenção da década de 90 do séc. XX, ela já existia... nós é que simplesmente nos tínhamos esquecido dela.

FRBR apenas trás à tona, à superfície essa conceptualização que tinha sido esquecida ao longo do curso do séc. XX.

De alguma forma FRBR olha para o passado, porque vai buscar essa conceptualização, mas igualmente projeta-se no futuro e estabelece a ligação com ele, tendo em conta todos estes novos modelos de representação de informação e dos dados, coadjuvado pelas TIC.

P: Acerca da norma ISO 21127: será que nos poderá dizer o que existe de novo nesta nova atualização?

R: De alguma forma nada é novo porque a norma ISSO 21127 apenas é um reflexo da CIDOC-CRM. Apesar de que as normas, enquanto procedimentos internos, têm de sofrer uma revisão a cada 5 anos. Sempre que se justifique essa revisão é feita.

Esta nova norma é apenas uma incorporação da antiga norma, se é que poderemos falar desta forma, o que aconteceu foi que durante este período de tempo o grupo de trabalho do CIDOC continuou a trabalhar no modelo e a fazê-lo evoluir. Assim, tornou-se necessário fazer a sincronização entre a norma e o modelo.

Por isso, não existe nada de novo na norma.

P: De acordo com o estudo que apresentou hoje, será que nos poderá dizer, em poucas palavras quais foram os principais desafios / problemas encontrados para o seu desenvolvimento?

R: Eu não diria que existiram realmente problemas. Eu diria que o maior problema foi o tempo e a paciência. Como referi na minha apresentação este processo foi



muito longo, durou quase 10 anos e, nos tempos que correm, ter um projeto com esta duração de tempo assusta as pessoas, principalmente os gestores e potenciais investidores e parceiros que se mostrem interessados em apoiar o projeto.

P: Portugal encontra-se a dar os primeiros passos em direção a esta *Grande Ideia* – *estabelecer uma conexão na informação contida nos museus, bibliotecas e arquivos*. O que acha das relações entre as associações nacionais e internacionais acerca desta matéria? Acha que o nosso grupo de trabalho (GT-SIM) poderia participar a um nível internacional em prol de um objetivo comum?

R: Eu não diria que é apenas Portugal mas todos nós estamos a dar os primeiros passos.

Eu penso que as relações a um nível nacional e internacional são indispensáveis pois, como disse anteriormente, a persuasão e a pedagogia são essenciais e esta ligação (nacional e internacional) são basilares para alcançar esse objetivo comum – na capacidade de persuasão e pedagogia.

Claro que são muito bem-vindos para participar nos diferentes trabalhos das várias organizações internacionais – ICOM, IFLA e ICA.

P: Muito obrigada Patrick para sua entrevista.

R: Eu é que agradeço, muito obrigado.



Entrevista a Nicholas Crofts (ICOM-CIDOC)

Nota biográfica

Nascido em Londres, Nick vive em Genebra com a mulher, três filhos e um gato neurótico. Estudou Filosofia e História da Arte no Reino Unido e teve uma breve passagem pelo jornalismo na rádio. Trabalhou no *National Sound Archives* em Londres onde se começou a interessar pela gestão de informação. Estudou tecnologia da informação em Genebra e foi durante vários anos responsável pelo departamento de documentação dos *Musées d'art et d'histoire* da mesma cidade.

É presidente do ICOM-CIDOC, o *International Committee for Information and Documentation in Museums*, e actualmente é professor convidado no *Museum of Texas Tech University*. É ainda administrador de uma ontologia de referência para o *International Olympic Committee (IOC)*

P: Queremos agradecer-lhe ter aceitado o convite para esta entrevista e felicitá-lo pela recente eleição como presidente do CIDOC.

Neste encontro debatemos sobretudo como é que bibliotecas, arquivos e museus podem interligar a sua informação, trabalhando em conjunto na partilha de dados de natureza muito diversa. Independentemente dessas diferenças, estas entidades partilham um desafio comum: a organização e difusão de informação para profissionais, utilizadores especializados bem como para os múltiplos públicos que as procuram. Pensa que a norma CIDOC-CRM pode ser a resposta para os problemas encontrados nessa partilha de informação e está o CIDOC a preparar novos passos no desenvolvimento desta norma no sentido dessa colaboração?

R: Eu penso que o CIDOC-CRM é um elemento da resposta, não é a resposta; isoladamente não vai mudar grande coisa. Se as pessoas não fizerem o seu trabalho, se não utilizarem o modelo, não vai certamente ajudar. Mas foi desenvolvido com essa intenção. Acho que há um mal entendido em relação ao CIDOC-CRM, que o considera restrito ao universo dos museus. Isso deve-se em parte ao facto de ter resultado do nosso trabalho com museus, mas tem-se desenvolvido no sentido de abranger também o âmbito das bibliotecas e arquivos. Ou seja, a sua intenção é que seja um modelo que faça a integração de informação das três áreas, bem como de outros sectores do património cultural. Há trabalho em curso no CIDOC-CRM para criar extensões. Uma delas é a que o meu colega Patrick le Boeuf apresentou, o FRBRoo, que é uma extensão para o mundo das bibliotecas, vinda do IFLA. Temos trabalho semelhante também a decorrer de modo



a que o CIDOC-CRM seja apropriado e utilizável em outros sectores. Isto requer algum investimento. O que é que estamos concretamente a fazer no CIDOC? Além do âmbito do CRM estamos também a encorajar a criação de ligações a outras organizações. É u longo caminho, é algo que vai levar o seu tempo...

P: Isso leva-me à nossa segunda pergunta: como está o CIDOC a encarar a cooperação com outros organismos internacionais, como o CHIN (Canadian Heritage Information Network), o Getty Trust, Collections Trust... por exemplo, a criação recente do grupo de trabalho MPI (Museum Process Implementation) é um sinal de cooperação internacional com o Reino Unido, com a norma SPECTRUM? Como é que isto vai funcionar? Podemos esperar uma maior colaboração internacional no âmbito da normalização?

R: O CIDOC é, tanto quanto sei, a única organização internacional que lida com normas de documentação. Claro que trabalhamos com essas outras entidades, trabalhamos muito com a Getty Foundation e o Getty Trust, com o CHIN, e com o Collections Trust temos uma colaboração muito boa e muito próxima. A maioria dos nossos membros trabalha para organizações nacionais e portanto há uma relação de trabalho estreita, que gostamos de fomentar. Uma das dificuldades que temos é que o CIDOC é inteiramente baseado na adesão voluntária. As pessoas vem trabalhar para o CIDOC porque estão interessadas, muito frequentemente são entusiastas da documentação em museus, e podem falar sobre o tema indefinidamente. Nós representamos um enquadramento internacional para estas pessoas, mas todas elas vêm da sua perspectiva nacional. A vantagem das organizações nacionais é que frequentemente tem um financiamento mais substancial e podem desenvolver projetos que nós gostaríamos de fazer mas para os quais não temos recursos. No que diz respeito a normas internacionais isso cria alguns problemas. Muitas vezes deparamo-nos com normas que foram desenvolvidas ao nível nacional e temos que internacionalizá-las: temos que retirar aquilo que é muito específico, como questões legais ou financeiras. De alguma forma seria preferível que nós pudéssemos desenvolver normas internacionais que fossem neutras em relação a circunstâncias nacionais, finanças locais e quadros legislativos próprios, e que depois fossem transpostas para as realidades nacionais. Infelizmente, por razões pragmáticas, não é esse o caso.

P: Essa visão privilegiada internacional dá-vos uma ideia do que se está a passar a nível global. Quais são as principais preocupações, a nível mundial, quais são as maiores diferenças entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento no que diz respeito à documentação em museus? Como é que o CIDOC, como organismo internacional, vê essa situação e como é que pode ajudar na redução dessas diferenças, se existem, entre estes países?

R: Sim, definitivamente há uma grande diferença, e existem algumas separações interessantes entre continentes. A situação na Europa é significativamente diferente da que existe na América do Norte em muitos aspetos. Isso deve-se parcialmente a razões históricas, e também à forma como os museus se desenvolveram na Europa e na América do Norte. Muitas instituições na Europa são financiadas a nível governamental ou municipal, e isso é relativamente raro nos Estados Unidos onde o financiamento é tendencialmente de fundações privadas. E isso é uma diferença chave e tem implicações na forma como as normas são entendidas e usadas e no tipo de ações que se podem desenvolver. Um projeto como a *Europeana*, por exemplo, é difícil de imaginar nos Estados Unidos.

P: Mas considera que o financiamento público é mais favorável à normalização do que o financiamento privado?

R: Não necessariamente, é apenas diferente, há um impacto. Quando existe um controlo muito organizado de uma autoridade centralizada é possível impor normas. É o caso, por exemplo, da China. Fizemos o encontro trianual do ICOM na China há uns anos e verificámos que a maioria dos museus que visitamos usavam exatamente o mesmo *software*, porque tinha sido desenvolvido especificamente para os museus pelas autoridades centrais. Ou seja, muito dos nossos problemas em harmonização, interoperabilidade de dados, simplesmente não existiam porque tinha havido uma imposição central. Isso era uma vantagem enorme, no ponto de vista deles. No entanto, eu acredito que é possível criar condições de mercado que propiciarão a normalização e a criação de standards porque há um interesse comum nesse sentido. Se olharmos para a indústria automóvel, por exemplo, hoje compramos um carro fabricado no Japão, China, nos Estados Unidos ou na Alemanha, e os comandos são todos iguais. Essa normalização ocorreu espontaneamente por causa da necessidade dos consumidores e do mercado. E eu penso que isso pode vir a acontecer com a documentação em museus.



P: Mas está a falar da Europa, da América do Norte, da China... E o que acontece com os outros países?

R: Claro que há um grande problema nos países em desenvolvimento porque não tem os mesmos recursos digitais que nós, o que quer dizer que em alguns casos ainda estão a trabalhar com documentação em papel. Isso não é necessariamente uma coisa má, o papel tem algumas vantagens, soluções de tecnologia rudimentar podem ser muito boas. No CIDOC estamos muito preocupados em dar apoio a todo o espectro da documentação: práticas e tecnologia. E o papel é só uma tecnologia, nós usámo-lo em museus na Europa até aos anos 60, e em muitos casos até mais recentemente. É importante reconhecer isto. Há uma vantagem potencial dos países em desenvolvimento que podem saltar por cima de alguns problemas que nós tivemos no passado. Se considerarmos a história da tecnologia informática usada em museus, da década de 60 até aos anos 80, o advento da internet, nós temos uma herança enorme de sistemas obsoletos, e informação, que temos que considerar: migrar, manter atualizado tudo isso é um trabalho imenso em si mesmo. É um pouco como o problema das redes telefónicas: se pudermos saltar a fase de ter cablagem de cobre nas cidades e saltar diretamente para a tecnologia sem fios, isso é uma vantagem. Penso que alguns dos países em desenvolvimento podem fazer isso mesmo com os seus atuais sistemas de documentação e simplesmente evitar algumas décadas de tecnologia informática e entrar diretamente na contemporaneidade. No CIDOC encorajamos as pessoas dos países desenvolvidos a participarem nas nossas conferências e tornarem-se membros. Com esse objetivo estamos a trabalhar com a Getty Foundation, sobretudo para garantir financiamento para estas participações. Ao mesmo tempo estamos a tentar organizar programas de formação nestes países, deslocando-nos aos países em desenvolvimento para organizar estes programas.

P: Pensa que esses programas de formação são uma mais-valia na utilização de normas na documentação de museus?

R: Dificilmente poderia responder o contrário! No CIDOC reconhecemos há alguns anos que a formação era a chave do problema: tínhamos que ter um número de pessoas com um determinado grau de apetência técnica e códigos de boas práticas que são reconhecidos a nível internacional e por isso montamos um programa de formação que está em curso há três anos e está em desenvolvimento. No início deste ano tivemos a nossa primeira edição que não foi em língua inglesa, em São Paulo no Brasil, e no próximo ano esperamos poder fazer programas de formação



semelhantes, semanas de formação, noutros países. Possivelmente em países árabes e em outras línguas também. Neste momento o material existe: temos uma metodologia, um conjunto de materiais de formação, e isso pode fornecer um núcleo base de práticas de documentação que esperamos que possa ser útil e usado e adaptado a diferentes circunstâncias em diferentes países. Seja esse país a Finlândia, onde existem imensos recursos e soluções tecnológicas ou um país africano onde existem muito poucas. O nosso programa de formação é desenhado para ser adaptável a muitas circunstâncias. Nós achamos que isto era necessário porque alguns países têm excelentes recursos de formação, ao nível universitário, e outros não tem nenhuns. Por isso decidimos que teríamos que ter algo para oferecer no apoio a profissionais de museus e estudantes a nível internacional.

P: O nosso grupo, o GT-SIM (grupo de trabalho de sistemas de informação em museus) surgiu em Portugal da vontade de profissionais que quotidianamente sentiam a necessidade de trabalhar com sistemas de informação. Que papel pensa que este tipo de grupos pode ter, quer nos programas de formação, quer na implementação da normalização a nível global?

R: Vejo duas importantes contribuições: eu gostaria que grupos como o vosso integrassem o CIDOC, que viessem até nós para partilhar as vossas experiências. Porque embora a situações mudem em diferentes países, há factores em comum e a partilha de experiências ajudará certamente outras pessoas. Uma das coisas que reparei com os profissionais da documentação é que todos pensam que a sua própria situação é a pior possível e que as coisas devem ser muito melhores noutros lugares. A minha experiência diz-me que não é esse o caso: a galinha da vizinha não é mais gorda noutros países, a situação é mais o menos a mesma. Há diferenças, algumas coisas são melhores, outras piores, alguns países tem vantagens, mas toda a gente tem dificuldades e problemas. E ainda por cima trabalhamos num sector que é frequentemente subfinaciado, nem sempre reconhecido como tão vital quanto é para os museus. Por isso gostava que os grupos de interesse profissional viessem até ao CIDOC para partilhar connosco as suas soluções. E não só as soluções mas também os problemas e a forma como os ultrapassaram. Saber das dificuldades alheias é imensamente útil e valioso. E gostaríamos também que levassem de volta algumas das nossas normas, que as usem e que ajudem a difundi-las. E também que possam tornar-se formadores. O nosso programa de formação precisa de formadores. Nós temos o material de formação, temos a metodologia mas precisamos de pessoas, precisamos de



grupo de trabalho sistemas de informação em museus

professores. Se há quem esteva interessado em usar o nosso material para organizar programas de formação, tem o nosso inteiro apoio.

P: Obrigada, manteremos o contacto e a colaboração entre os nossos grupos e talvez possamos trabalhar em conjunto em programas de formação brevemente.

R: Muito obrigada! Tem sido fantástico estar aqui e espero poder voltar em breve.

